

# SUMÁRIO

## T O M O I

Siglas..... 19

### **TÍTULO I DA SEGURIDADE SOCIAL**

#### **1**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL**

1. Introdução .....	23
2. Definição e natureza jurídica .....	24
3. Competência legislativa .....	24
4. Princípios.....	26
4.1. Universalidade da cobertura e do atendimento .....	26
4.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	27
4.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.....	27
4.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios ...	28
4.5. Equidade na forma de participação no custeio.....	29
4.6. Diversidade da base de financiamento.....	30
4.7. Gestão quadripartite.....	31
4.8. Solidariedade.....	31
4.9. Precedência da Fonte de Custeio ou Contrapartida.....	32
4.10. Orçamento Diferenciado .....	34
4.11. Tabela dos princípios da seguridade social.....	34
5. Assistência social .....	35
5.1. Introdução .....	35
5.2. Definição.....	36
5.3. Objetivos .....	36
5.4. Princípios .....	36
5.5. Diretrizes.....	37
5.6. Organização e gestão .....	37
5.7. Benefício do amparo assistencial da pessoa idosa ou pessoa com deficiência carente (BPC/LOAS) .....	41
5.8. Benefício assistencial de salário mínimo do trabalhador avulso portuário .....	142
5.9. Seguro-Desemprego .....	144
5.10. Seguro-defeso do pescador artesanal .....	152

5.11. Auxílio extraordinário aos pescadores da Região Norte em decorrência da estiagem de 2023 .....	172
5.12. Outros benefícios assistenciais.....	174
5.13. Auxílio-emergencial (COVID-19) .....	175
5.14. Auxílio-inclusão.....	178
 Vídeo.....	181
6. Saúde .....	181
6.1. Introdução .....	181
6.2. Definição e natureza jurídica .....	186
6.3. O Sistema Único de Saúde.....	186
6.4. Princípios.....	189
6.5. Acordos Internacionais .....	190
7. Previdência Social.....	194
7.1. Introdução .....	194
7.2. Evolução histórica mundial.....	195
7.3. Evolução histórica no Brasil .....	196
7.4. Definição e abrangência.....	213
7.5. Classificação dos sistemas previdenciários .....	213
7.6. Planos previdenciários brasileiros .....	214
7.6.1. Planos básicos.....	215
7.6.2. Planos complementares.....	217
8. O Direito Previdenciário .....	218
8.1. Autonomia .....	218
8.2. Definição.....	218
8.3. Relação com demais ramos jurídicos.....	218
8.4. Interpretação, fontes e hierarquia da legislação previdenciária.....	219
9. Pilares da Proteção Social no Brasil .....	224

#### **2**

#### **CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL**

1. Introdução .....	225
2. A natureza jurídica da relação de custeio.....	227
3. Contribuições em espécie.....	228
3.1. Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.....	230
3.1.1. Incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física	

que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício .....	230
3.1.2. Incidentes sobre a receita ou o faturamento.....	230
3.1.3. Incidentes sobre o lucro .....	234
3.2. Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social .....	234
3.3. Sobre a receita de concursos de prognósticos .....	235
3.4. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar .....	235
4. Arrecadação.....	237
5. Imunidade .....	238
6. Princípio da Anterioridade Nonagesimal .....	245
7. Constituição do crédito securitário.....	246
8. Progressividade.....	247
9. Moratória, parcelamento, anistia e remissão ....	248
10. Decadência e prescrição .....	248
11. Simples Nacional .....	251

## TÍTULO II DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

### 1

#### DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Abrangência.....	255
2. Cobertura.....	256
3. Legislação de regência.....	257
4. Administração.....	257
5. Sistemática.....	257
6. Características.....	258
7. Entidades e órgãos previdenciários.....	258
7.1. Conselho Nacional da Previdência.....	259
7.2. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS .....	260
7.3. Conselho de Recursos da Previdência Social .....	265

### 2

#### PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Introdução .....	269
2. Princípio da Contributividade.....	269
3. Princípio da Obrigatoriedade da Filiação .....	270
4. Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial .....	270
5. Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários.....	271
6. Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais .....	271
7. Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	272

8. Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente .....	273
9. Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	273
10. Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo .....	274
11. Princípio da Previdência Complementar Facultativa.....	275
12. Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social.....	275
13. Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i> .....	275
14. Princípio da Responsabilidade .....	276
15. Princípio da Vedação ao Retrocesso Social.....	277
16. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i> .....	277
17. Princípio da Automaticidade das Prestações....	278
18. Princípio da Indisponibilidade dos Benefícios Previdenciários .....	278
19. Princípio da Territorialidade da Filiação.....	279

### 3

#### SEGURADOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

1. Introdução .....	281
2. Segurados obrigatórios .....	282
2.1. Segurado empregado.....	285
 Vídeo.....	288
2.2. Segurado empregado doméstico.....	306
2.3. Segurado trabalhador avulso.....	307
2.4. Segurado especial.....	310
 Vídeo.....	346
2.5. Segurado contribuinte individual.....	388
3. Segurados facultativos.....	402
4. Filiação.....	404
 Vídeo.....	406
5. Inscrição.....	412

### 4

#### SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

1. Noções iniciais e definição .....	421
 Vídeo.....	422
2. Limites.....	424
3. Complementação, agrupamento e transferência do excedente dos salários de contribuição .....	445
4. Delimitação .....	505
5. Composição.....	511
 Vídeo.....	513

## 5

**CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

1. Introdução .....	533
2. Natureza jurídica .....	533
3. Aspecto material e temporal do fato gerador.....	535
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhadores e demais segurados do RGPS.....	536
4.1. Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico.....	536
4.2. Contribuinte individual e segurado facultativo.....	541
4.3. Segurado especial .....	558
5. Contribuições previdenciárias da empresa e do equiparado a empresa.....	561
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos.....	563
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais .....	579
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho .....	581
5.4. Regra especial – Empresas optantes do Simples Nacional.....	584
6. Contribuição previdenciária do empregador doméstico.....	587
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da parte patronal.....	589
7.1. Associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional .....	589
7.2. Produtor rural pessoa física (PRPF).....	590
7.3. Produtor rural pessoa jurídica (PRPJ) ...	596
8. Substituição da contribuição previdenciária sobre as remunerações pela contribuição sobre a receita ou faturamento das empresas .....	598
9. Arrecadação.....	622
10. Parcelamento.....	632
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento....	633
12. A retenção feita pelo contratante de serviços de cessão de mão de obra .....	634
13. Hipóteses de responsabilização solidária .....	637
13.1. Construção civil .....	638
13.2. Empresas do mesmo grupo econômico....	639
13.3. Gestores dos entes da Administração Pública Indireta.....	640
13.4. Administração Pública.....	640
13.5. Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	641
13.6. Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados .....	641
13.7. Oficial de Cartório e contratantes .....	641
13.8. Trabalho temporário .....	641
14. Restituição e compensação das contribuições previdenciárias.....	641
15. Certidão negativa de débito .....	645
16. Obrigações acessórias da empresa.....	647
17. Das infrações administrativas.....	650
18. Códigos de receita de contribuição previdenciária (GPS) .....	651

## 6

**ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS E EVENTOS EQUIPARADOS**

1. Introdução .....	677
2. Definição de acidente de trabalho.....	678
3. Doenças equiparadas (ocupacionais) .....	679
4. Acidente de trabalho por equiparação.....	769
5. Reconhecimento .....	770
6. Segurados cobertos.....	780
7. Prescrição dos benefícios acidentários .....	781
8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho.....	781
9. Responsabilidade civil da empresa perante a Justiça do Trabalho.....	785
10. Ação regressiva proposta pelo INSS contra a empresa negligente .....	786

## 7

**REGRAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS**

1. Espécies de prestações previdenciárias.....	801
2. Classificação das prestações previdenciárias ...	803
3. Dependentes dos segurados.....	804
3.1. Classe I .....	807
▶ Vídeo.....	820
3.2. Classe II.....	831
3.3. Classe III .....	833
4. Tempo de serviço e de contribuição e sua contagem recíproca.....	834
▶ Vídeo.....	864
5. Indenização para a contagem de tempo de serviço ou de contribuição .....	879
6. Manutenção da qualidade de segurado no período de graça .....	888
▶ Vídeo.....	891
7. Período de Carência .....	920
▶ Vídeo.....	941
8. Fator previdenciário .....	952
▶ Vídeo.....	954
9. Salário de benefício na Lei 8.213/91 e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).....	961
9.1. Microfichas do antigo INPS .....	1071
10. Salário de benefício na Emenda 103/2019 .....	1074

11. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	1076	4.2. Aposentadoria especial das pessoas com deficiência .....	1407
12. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica.....	1080	5. Regras de transição das aposentadorias – emenda 103/2019.....	1418
12.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões).....	1081	5.1. Artigo 15 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1419
12.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS).....	1081	5.2. Artigo 16 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1421
12.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social) .....	1083	5.3. Artigo 17 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1424
12.4. Lei Complementar 11/1971.....	1083	5.4. Artigo 18 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1425
12.5. Lei 5.890/1973 .....	1083	5.5. Artigo 20 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1427
12.6. Lei 6.179/1974 .....	1084	5.6. Artigo 21 – Aposentadorias especiais por agentes nocivos – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1428
12.7. Lei 6.210/1975 .....	1084	6. Auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária).....	1430
12.8. Lei 6.260/1975 .....	1084	 Vídeo.....	1491
12.9. Lei 6.367/1976 .....	1086	7. Salário-família.....	1495
12.10. Constituição Federal de 1988 (texto original).....	1086	8. Salário-maternidade.....	1499
12.11. Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores.....	1087	 Vídeo.....	1503
12.12. Emenda 20/1998 .....	1088	9. Auxílio-acidente.....	1527
12.13. Emenda 103/2019.....	1089	10. Pensão por morte.....	1551

## 8

### BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez).....	1099	11. Auxílio-reclusão.....	1617
 Vídeo.....	1115	12. Abono anual.....	1648
 Vídeo.....	1120	13. Serviço social.....	1650
2. Aposentadorias voluntárias.....	1141	14. Habilitação e reabilitação profissional.....	1651
2.1. Aposentadoria programada urbana: comum e professor do ensino básico .....	1145	15. Benefícios especiais .....	1657
 Vídeo.....	1166	15.1. Aposentadoria do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial: Lei 5.698/1971.....	1657
2.2. Aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais.....	1171	15.2. Pensão especial do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial: Lei 8.059/1990.....	1659
2.3. Aposentadoria por idade híbrida.....	1193	15.3. Aposentadoria ou pensão excepcional do anistiado político e anistiados das Leis 8.632/1993 e 11.282/2006 .....	1660
3. Regras básicas da extinta aposentadoria apenas por tempo de contribuição sem idade mínima.....	1206	15.4. Pensão especial vitalícia para as vítimas da Talidomida.....	1663
4. Aposentadorias especiais.....	1210	15.5. Pensão mensal vitalícia dos seringueiros.....	1665
4.1. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde.....	1211		
 Vídeo.....	1233		
 Vídeo.....	1313		
 Vídeo.....	1363		

15.6. Pensão mensal das vítimas da hemodiálise de Caruaru .....	1667	16. Benefícios extintos.....	1673
15.7. Pensão mensal das vítimas da Hanseníase .....	1668	16.1. Auxílio-natalidade .....	1674
15.8. Auxílio especial mensal dos campeões mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970.....	1670	16.2. Auxílio-funeral.....	1674
15.9. Pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus .....	1670	16.3. Pecúlio .....	1674
15.10. Pensão vitalícia: contaminados em Goiânia pelo Césio-137 .....	1671	16.4. Abono de Permanência em Serviço .....	1674
15.11. Pensão especial em favor de órfãos na situação de crime de feminicídio .....	1672	16.5. Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74)...	1674
		16.6. Auxílio-suplementar.....	1675
		16.7. Aposentadoria especial do jornalista profissional, do jogador de futebol profissional, do telefonista, do juiz classista e do aeronauta .....	1676
		16.8. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	1679

# SUMÁRIO

## T O M O II

9

### TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios e programas de revisão.....	11
 Vídeo.....	15
1.1. Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade Laboral – PRBI (“pente fino”).....	20
1.2. Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade (Programa Especial).....	27
1.3. Procedimento para recuperação de créditos do INSS em decorrência de saques indevidos após o óbito de titular de benefício.....	28
2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária.....	34
3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento.....	44
3.1. Prescrição quinquenal.....	45
 Vídeo.....	48
3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários.....	63
 Vídeo.....	80
3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário.....	81
3.4. Ampliação das situações de decadência pela Lei 13.846/2019.....	83
 Vídeo.....	85
4. Reajustamento da renda mensal inicial.....	86
5. Acumulação.....	178
6. Descontos legalmente autorizados.....	190
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios.....	221
8. Direito Adquirido.....	222
9. Renúncia da aposentadoria (desaposentação) e de outros benefícios.....	235

10. Despensão.....	250
11. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela União.....	251
12. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada.....	257
13. complementação de aposentadorias e pensões dos antigos funcionários do departamento de correios e telégrafos.....	257
14. Dano moral previdenciário.....	258
15. Planejamento previdenciário da aposentadoria voluntária.....	265

10

### PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO

1. Definição e fases.....	267
2. Fase inicial.....	270
3. Fase instrutória.....	279
4. Fase decisória.....	329
5. Fase recursal (Conselho de Recursos da Previdência Social).....	334
5.1. Recurso Ordinário e Recurso Especial..	337
5.2. Procedimento recursal.....	342
5.3. Dos prazos recursais.....	347
5.4. Das intimações.....	347
5.5. Enunciados e resoluções do CRPS.....	348
5.6. Reclamação ao CRPS.....	359
5.7. Embargos de declaração.....	383
5.8. Desistência do recurso administrativo e propositura de ação judicial.....	383
5.9. Matéria médica.....	385
5.10. Revisão de acórdão.....	385
5.11. Conflitos de competência, conexão, continência e impedimento de julgador.....	387
5.12. Processo digital.....	388
5.13. Temas finais.....	396
6. Fase de cumprimento das decisões administrativas.....	396
7. Disposições diversas.....	398
8. Processo de justificação administrativa.....	399
9. Processo administrativo fiscal de arrecadação das contribuições para a seguridade social.....	403
10. Súmulas administrativas do INSS.....	404

## 11

**PROCESSO JUDICIAL  
PREVIDENCIÁRIO**

1. Competência jurisdicional.....	405
1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal.....	405
1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual.....	407
1.3. Competência estadual por delegação.....	416
2. Legitimidade ativa e passiva <i>ad causam</i> e formação de litisconsórcio.....	420
3. As prerrogativas do INSS em juízo.....	425
4. O prévio requerimento administrativo e a reafirmação judicial da data de entrada do requerimento.....	432
 Vídeo.....	453
5. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação.....	459
6. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários.....	460
7. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações.....	464
8. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias.....	465
9. Ação civil pública previdenciária.....	470
10. Intervenção do Ministério Público.....	474
11. Custas processuais.....	474
12. Coisa julgada nas lides previdenciárias.....	475
13. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários.....	479
14. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	491
14.1. Regras gerais.....	491
14.2. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)....	497
14.3. Quesitação em perícia previdenciária....	502
15. Pedido nas ações previdenciárias.....	506
16. Recurso especial e repetitivo.....	508
17. Recurso extraordinário, repercussão geral e repetitivo.....	512
18. Ação rescisória previdenciária.....	514
19. Fase de execução nas ações previdenciárias.....	517
20. Sucessão processual em caso de morte do autor.....	523
21. Mandado de segurança em matéria previdenciária.....	529

## 12

**PROCEDIMENTO NOS JUIZADOS  
ESPECIAIS FEDERAIS**

1. Microssistema jurídico com aplicação supletiva do Código de Processo Civil de 2015.....	539
2. Critérios de competência: valor da causa e outros.....	542

3. Propositura da ação e sua desistência.....	551
4. Assistência judiciária gratuita.....	553
5. O INSS e os seus representantes judiciais.....	554
6. Citação e contestação.....	554
7. Abolição de algumas prerrogativas do poder público em juízo.....	555
8. Vedação à intervenção de terceiros.....	557
9. Contagem dos prazos.....	557
10. Audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	558
11. Conciliação.....	562
12. Prova pericial.....	567
13. Tutela provisória e efeitos da sua revogação.....	569
14. Custas processuais e honorários advocatícios..	580
15. Sentença.....	580
16. Embargos de declaração.....	581
17. Procedimento na turma recursal (recurso inominado, mandado de segurança, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração).....	591
18. Procedimento na turma regional e na turma nacional de uniformização (incidentes de uniformização, agravo regimental, embargos de declaração e reclamação).....	601
 Vídeo.....	604
19. Procedimento no STJ (incidente, agravo e embargos de declaração).....	616
20. Procedimento no STF (recurso extraordinário, agravo e embargos de declaração).....	619
21. Coisa julgada.....	621
22. Fase de execução.....	625
23. Tabela prática dos prazos nos juizados especiais federais.....	629

## 13

**REAJUSTAMENTO  
E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS  
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77).....	643
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79).....	645
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260 do Tribunal Federal de Recursos).....	646
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988).....	648
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal).....	648
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos	

salários de contribuição (artigo 144, da Lei 8.213/91 – “buraco negro”) .....	649	previdenciário apenas a expectativa de vida dos homens.....	728
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991 .....	660	24. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição feminina para crescer no cálculo fator previdenciário cinco anos na idade .....	731
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão .....	660	25. Revisão da aposentadoria “especial” do professor para excluir o fator previdenciário.....	731
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93) .....	661	26. Revisão de aposentadoria para excluir o fator previdenciário do tempo especial convertido ao tempo comum.....	736
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”) .....	662	27. Revisão do salário de benefício para inserção de salários de contribuição anteriores ao plano real (julho/1994) (revisão da vida toda) .....	738
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94).....	663	28. Revisão do salário de benefício nas atividades laborais concomitantes .....	745
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94) .....	665	29. Revisão do salário de benefício para a inclusão no período básico de cálculo da competência (mês) da concretização do risco social .....	752
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001 .....	668		
14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	669		
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	672		
16. Revisão de aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez) precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91) .....	673		
17. Revisão de benefício através da consideração apenas dos salários de contribuição que antecederam à formação do direito adquirido com desconsideração dos posteriores (direito ao melhor benefício/antecipação da data de início do benefício) .....	676		
18. Revisão de aposentadoria por invalidez (atual incapacidade permanente), auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição) .....	681		
19. Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário.....	699		
20. Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho .....	700		
21. Readequação do salário de benefício pelos novos tetos fixados pelas Emendas 20/98 (R\$ 1.200,00) e 41/03 (R\$ 2.400,00) para os benefícios concedidos anteriormente .....	707		
22. Exclusão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional concedida com base nas regras de transição da EC 20/98 .....	725		
23. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição masculina para considerar no fator			

#### ACORDOS INTERNACIONAIS PREVIDENCIÁRIOS

1. Introdução e regras gerais .....	757
2. Procedimento de ratificação e promulgação.....	773
3. Tratados previdenciários em vigor no Brasil ....	774
3.1. Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social .....	774
3.2. Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL .....	790
3.3. Alemanha.....	792
3.4. Bélgica .....	794
3.5. Cabo Verde .....	797
3.6. Canadá .....	797
3.7. Chile .....	799
3.8. Coreia (do Sul) .....	801
3.9. Espanha.....	804
3.10. França .....	807
3.11. Grécia .....	810
3.12. Itália .....	812
3.13. Japão .....	814
3.14. Luxemburgo .....	817
3.15. Portugal.....	819
3.16. Quebec .....	823
3.17. EUA .....	825
3.18. Suíça.....	827
3.19. Quadro-síntese dos Acordos .....	828
4. Tratados previdenciários em procedimento de ratificação ou de promulgação pelo Brasil .....	831

### TÍTULO III DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

#### 1

#### NORMAS GERAIS

1. Disposições iniciais e contagem recíproca .....	835
 Vídeo .....	895
 Vídeo .....	913
2. Segurados.....	916
3. Contribuições previdenciárias.....	928
4. Cálculo dos benefícios .....	945
5. Benefícios com previsão constitucional .....	950
5.1. Regras gerais e registro da aposentadoria e da pensão por morte no Tribunal de Contas .....	953
 Vídeo .....	966
5.2. Aposentadoria compulsória por idade...	984
5.3. Aposentadoria compulsória sancionatória dos juízes e membros do Ministério Público .....	995
6. Processo administrativo de fiscalização nos Regimes Próprios de Previdência Social .....	998
7. Regulação dos investimentos pelo Conselho Monetário Nacional .....	999

#### 2

#### REGIME PRÓPRIO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

1. Aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente) .....	1005
2. Aposentadoria por idade, com proventos proporcionais .....	1010
3. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais .....	1010
4. Aposentadoria especial .....	1013
5. Pensão por morte.....	1028
6. Outros benefícios que podiam ser criados pelos Regimes Próprios de Previdência Social .....	1034
6.1. Auxílio-doença .....	1034
6.2. Salário-família .....	1035
 Vídeo .....	1035
6.3. Salário-maternidade .....	1035
6.4. Auxílio-reclusão.....	1036
7. Abono de permanência.....	1037
8. Regras de transição.....	1040
8.1. Direito adquirido .....	1041
8.2. Aposentadoria. Artigo 2º da Emenda 41/2003.....	1042

8.3. Aposentadoria. Artigo 3º da Emenda 47/2005.....	1043
8.4. Paridade e integralidade remuneratória entre ativos e inativos. Artigo 6º da Emenda 41/2003 .....	1047

 Vídeo.....	1049
8.5. Acumulação de remuneração com proventos de cargos inacumuláveis .....	1049
9. Tempo de serviço público e ingresso no serviço público .....	1052

#### 3

#### DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO

1. Introdução .....	1057
2. Segurados.....	1058
3. Custeio .....	1059
4. Benefícios e serviços do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais efetivos .....	1061
4.1. Aposentadorias do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	1062
4.2. Pensão por morte do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	1093
4.3. Auxílio-natalidade .....	1135
4.4. Salário-família .....	1136
4.5. Licença para tratamento de saúde .....	1136
4.6. Licença à gestante .....	1137
4.7. Licença à adotante .....	1138
4.8. Licença-paternidade.....	1138
4.9. Licença por acidente de serviço .....	1138
4.10. Assistência à saúde do segurado e de seus dependentes .....	1138
4.11. Auxílio-funeral.....	1139
4.12. Auxílio-reclusão.....	1139
5. Direito adquirido e regras de transição à luz da Emenda 103/2019 para os servidores efetivos federais .....	1140
5.1. Direito adquirido .....	1140
5.2. Artigo 4º – aposentadorias – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – servidores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	1150
5.3. Artigo 20 – aposentadorias – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – servidores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	1154
5.4. Artigo 5º – aposentadorias – regras de transição para os policiais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional.....	1156

- 5.5. Artigo 21 – Aposentadoria especial por agentes nocivos – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional ..... 1188
6. Abono de permanência: regras permanentes e de transição ..... 1193
7. Regras de transição para titulares de mandato eletivo ..... 1196
8. Gestão de benefícios e a competência jurisdicional nas ações envolvendo o RPPS federal .... 1198

## 4

#### DO REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES DA UNIÃO

1. Introdução ..... 1203
2. Inatividade remunerada..... 1206
3. Pensão por morte..... 1208

#### TÍTULO IV DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

## 1

#### REGIME COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS

1. Disposições constitucionais e regimes criados. 1217

## 2

#### REGIME COMPLEMENTAR PRIVADO

1. Introdução ..... 1225
2. Características Gerais..... 1225
-  Vídeo ..... 1228
3. Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados..... 1239
4. As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios ..... 1244
5. As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios ..... 1265
6. Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados ..... 1266
7. A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar..... 1269
8. O processo administrativo para apuração de responsabilidade ..... 1272
9. Regulação dos investimentos pelo Conselho Monetário Nacional ..... 1278

## 3

#### REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS

1. Introdução ..... 1283
2. Entidades fechadas – FUNPRESPS..... 1286
3. Plano de benefícios..... 1289
4. Benefício especial (BE) ..... 1291
5. Plano de custeio e contribuições previdenciárias ..... 1302
6. Recursos garantidores ..... 1305
7. Controle e fiscalização ..... 1305
8. Vigência do regime previdenciário ..... 1306

## TÍTULO V

#### DOS CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL

## 1

#### PRINCIPAIS DELITOS

1. Apropriação indébita previdenciária ..... 1311
2. Sonegação de contribuição previdenciária..... 1319
3. Falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social ..... 1323
4. Estelionato previdenciário..... 1326
5. Crimes praticados contra as pessoas com deficiência ..... 1328

## APÊNDICES

- Apêndice 1** – Regulamento do Plano de Benefícios dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo..... 1333
- Apêndice 2** – Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – Plano LEGISPREV ..... 1363
- Apêndice 3** – Regulamento do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público ..... 1393
- Apêndice 4** – Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF ..... 1425
- Apêndice 5** – Questões de Ordem da TNU ..... 1437
- Apêndice 6** – Súmulas previdenciárias do STF, STJ, TNU, AGU e CRPS..... 1441
- Apêndice 7** – Regimento interno da TNU ..... 1453
- Apêndice 8** – Regimento Interno do CRPS..... 1461
- Apêndice 9** – Normas Técnicas sobre tempo especial..... 1509
1. NR 15 - atividades e operações insalubres..... 1509
2. Anexo I da NR 15 - limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente .... 1510
3. Anexo II da NR 15 - limites de tolerância para ruídos de impacto ..... 1511

4.	Anexo IV - Revogado.....	1513
5.	Anexo V da NR 15 – radiações ionizantes.....	1513
6.	Anexo VI da NR 15 - trabalho sob condições hiperbáricas .....	1514
7.	Anexo VII da NR 15 – radiações não ionizantes .....	1567
8.	Anexo VIII da NR 15 – vibração.....	1567
9.	Anexo IX da NR 15 - frio .....	1568
10.	Anexo X da NR 15 - umidade.....	1568
11.	Anexo XI da NR 15 – agentes químicos com limite de telorância.....	1568
12.	Anexo XII da NR 15 – limite de tolerância para poeiras minerais.....	1573
13.	Anexo XIII da NR 15 – agentes químicos .....	1579
14.	Anexo XIII-A da NR 15 - benzeno.....	1584
15.	Anexo XIV da NR 15 – agentes biológicos .....	1588

#### **AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL AO RUÍDO - NHO 01**

1.	Objetivo.....	1591
2.	Aplicação.....	1591

3.	Referências normativas .....	1591
4.	Definições, símbolos e abreviaturas .....	1591
5.	Crerios de avaliação da exposição ocupacional ao ruído.....	1594
6.	Procedimentos de avaliação .....	1602
7.	Relatório.....	1615
8.	Objetivo.....	1591

#### **DIRETRIZES BÁSICAS DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICAS**

1.	Objetivo e campo de aplicação.....	1629
2.	Generalidades.....	1629
3.	Definições e siglas.....	1630
4.	Responsabilidades gerais em práticas e intervenções .....	1635
5.	Requisitos para práticas .....	1636
6.	Requisitos para intervenção .....	1645
7.	Disposições transitórias .....	1647

<b>Apêndice 10</b> – Enunciados da I Jornada de Direito da Seguridade Social do STJ/CJF .....	1731
---	------

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	1763
--------------------------	------

<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</b> .....	1765
--	------